



CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA PREAMBULAR

DELEGADO DE POLÍCIA

S.P.Q.R.

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

DIREITO PENAL

01. No que concerne às Escolas Penais, é correto afirmar que a

- (A) “Positiva” entende que o crime deriva de circunstâncias biológicas ou sociais, tendo sido defendida por Feuerbach.
- (B) “Clássica” funda-se no livre-arbítrio e tem em Carrara um de seus maiores expoentes.
- (C) “Lombrosiana” acredita que o homem é racional e nasce livre, sendo o crime fruto de uma escolha errada, concepção hipotetizada por Lombroso e também por Ferri.
- (D) “Clássica” entende que a pena é medida profilática, de cura, pensamento difundido por Carmignani.
- (E) “Positiva” nasce em contraposição às ideias de Lombroso, defende o naturalismo-racional e tem em Garofalo um de seus doutrinadores.

02. Prescreve o art. 327 do CP: “considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitariamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.”

Tal norma traduz exemplo de interpretação

- (A) científica.
- (B) autêntica.
- (C) extensiva.
- (D) doutrinária.
- (E) analógica.

03. João comete um crime no estrangeiro e lá é condenado a 4 anos de prisão, integralmente cumpridos. Pelo mesmo crime, João é condenado no Brasil à pena de 8 anos de prisão. João

- (A) cumprirá 8 anos de prisão no Brasil, uma vez que para essa quantidade de pena não se reconhece o cumprimento no estrangeiro.
- (B) não cumprirá pena alguma no Brasil caso de trate de país com o qual o Brasil tem acordo bilateral para reconhecer cumprimento de pena.
- (C) não cumprirá pena alguma no Brasil, uma vez já punido no país em que o crime foi cometido.
- (D) cumprirá 8 anos de prisão no Brasil, uma vez que o Brasil não reconhece pena cumprida no estrangeiro.
- (E) ainda deverá cumprir 4 anos de prisão no Brasil.

04. “Existe _____ quando o agente prevê o resultado, mas espera, sinceramente, que não ocorrerá; configura-se _____ quando a vontade do agente não está dirigida para a obtenção do resultado, pois ele quer algo diverso, mas, prevendo que o evento possa ocorrer, assume assim mesmo a possibilidade de sua produção.”

Assinale a alternativa que correta e respectivamente completa as lacunas.

- (A) dolo indireto ... dolo alternativo
- (B) dolo eventual ... culpa consciente
- (C) culpa inconsciente ... culpa consciente
- (D) culpa consciente ... dolo eventual
- (E) culpa inconsciente ... dolo eventual

05. O Direito Penal trabalha com a necessidade de se apurar a responsabilidade subjetiva para punir o autor do crime. No que concerne à responsabilidade objetiva, o Direito Penal

- (A) admite-a excepcionalmente, quando pune aquele que agiu em estado de completa embriaguez culposa.
- (B) não a admite, em hipótese alguma.
- (C) admite-a excepcionalmente, quando determina a punição do coautor particular nos crimes cometidos por funcionários públicos.
- (D) admite-a excepcionalmente, quando estabelece a figura dos garantes nos crimes comissivos por omissão.
- (E) admite-a excepcionalmente, quando estabelece os crimes omissivos próprios.

06. No que concerne ao art. 107 do CP, que enumera as causas extintivas da punibilidade, trata-se de rol

- (A) exemplificativo, já que são admitidas pela legislação causas ali não contidas, como, por exemplo, o cumprimento da suspensão condicional do processo.
- (B) taxativo, já que não admite exceção.
- (C) taxativo, uma vez que as causas supralegais de extinção da punibilidade não são reconhecidas pela jurisprudência.
- (D) exemplificativo, já que são admitidas pela legislação causas ali não contidas, como, por exemplo, a incapacidade mental superveniente ao crime.
- (E) exemplificativo, já que são admitidas pela legislação causas ali não contidas, como, por exemplo, o indulto.

07. A ação penal privada subsidiária é cabível no crime de

- (A) exercício arbitrário das próprias razões, sem emprego de violência (CP, art. 345, parágrafo único).
- (B) furto de coisa comum (CP, art. 156).
- (C) esbulho possessório de propriedade particular, sem emprego de violência (CP, art. 161, II, § 3º).
- (D) fraude à execução (CP, art. 179).
- (E) dano (CP, art. 163, *caput*).

08. Maria e Mariana, ambas nascidas com genitais femininos, auto-identificadas e socialmente reconhecidas como mulheres, convivem em união estável e monogâmica. Ocorre que Maria, às escondidas, passa a manter relações sexuais com José. Mariana flagra Maria em ato sexual com José e, nesse contexto, Maria provoca injustamente Mariana, dizendo a José, em tom de escárnio, que Mariana é “xucra, burra e ruim de cama”, e que, além disso, Mariana “gosta de ser traída e não tomará qualquer atitude, por ser covarde e medrosa”. Embora nunca tenha praticado ato de violência doméstica, Mariana é tomada por violenta emoção e dispara projétil de arma de fogo contra a cabeça de Maria, que morre imediatamente.

É correto afirmar que Mariana praticou

- (A) ato típico, mas amparado por causa excludente de ilicitude.
- (B) homicídio qualificado, por meio insidioso.
- (C) feminicídio.
- (D) homicídio privilegiado.
- (E) homicídio qualificado, por motivo torpe.

09. No que concerne ao crime de constrangimento ilegal (CP, art. 146), é correto afirmar que

- (A) se tipifica o crime, apenas, pela ação violenta, não havendo previsão legal para punição por mera grave ameaça.
- (B) qualifica o tipo a concorrência de 3 (três) ou mais agentes.
- (C) tipifica o crime a coação exercida para impedir suicídio, o que se explica pelo fato de o suicídio não ser penalmente relevante.
- (D) tipifica o crime a intervenção médica ou cirúrgica, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, mesmo se justificada por iminente perigo de vida.
- (E) se consuma quando a vítima, sem norma legal que a obrigue a tanto, faz ou deixa de fazer, cedendo à determinação do agente.

10. O crime de extorsão mediante sequestro (CP, art. 159)

- (A) é qualificado se do fato resulta lesão corporal grave ou morte.
- (B) é qualificado se cometido contra vítima menor de 18 (dezoito) anos ou maior de 50 (cinquenta) anos.
- (C) não admite a modalidade tentada.
- (D) consuma-se quando o agente solicita vantagem como preço do resgate, por se tratar de crime contra o patrimônio.
- (E) consuma-se quando o agente obtém vantagem como preço do resgate, por se tratar de crime contra o patrimônio.

11. O crime de apropriação indébita (CP, art. 168)

- (A) torna-se qualificado quando a vítima é entidade de direito público ou instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.
- (B) é de ação pública condicionada à representação.
- (C) apenas tem como objeto material a coisa alheia móvel, sendo impossível falar-se em apropriação indébita de imóvel.
- (D) não admite a figura privilegiada, ao contrário do furto.
- (E) tem a punibilidade extinta em caso de devolução da coisa antes do oferecimento da denúncia.

12. No que concerne aos crimes contra a dignidade sexual, é correto afirmar que

- (A) dadas as condições de evolução social, não se pune atualmente a violação sexual mediante fraude e nem a sedução.
- (B) o crime de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de maiores de 18 anos não-vulneráveis só é punido se o agente tem intuito de lucro.
- (C) o crime de assédio sexual, por expressa disposição legal fruto de ativismo jurídico, é punido mais gravemente se cometido por homem contra mulher do que vice-versa.
- (D) é fato típico induzir menor de 14 (quatorze) anos a presenciar ato libidinoso diverso da conjunção carnal, a fim de satisfazer lascívia própria.
- (E) apenas pessoas dignas são objeto de proteção penal, excluídas as pessoas que voluntariamente se entregam à má vida ou a práticas sexuais promíscuas.

13. Historicamente, a expressão *venditio fumi* é identificada com o crime de
- (A) tráfico de influência (CP, art. 332).
 - (B) contrabando (CP, art. 334).
 - (C) usurpação de função pública (CP, art. 328).
 - (D) estelionato (CP, art. 171).
 - (E) falsificação de moeda (CP, art. 289).
14. Policial Militar que forja situação de flagrância, a fim de increpar indivíduo que sabe inocente e, com isso, dá causa à instauração de inquérito policial, comete crime de
- (A) falso testemunho (CP, art. 342).
 - (B) calúnia qualificada (CP, art. 138, § 3º).
 - (C) exercício arbitrário (CP, art. 350).
 - (D) denunciação caluniosa (CP, art. 339).
 - (E) comunicação falsa de crime (CP, art. 340).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

15. Tício está sendo processado pela prática de crime de roubo. Durante o trâmite do inquérito policial, entra em vigor determinada lei, reduzindo o número de testemunhas possíveis de serem arroladas pelas partes no procedimento ordinário.
- A respeito do caso descrito, é correto que
- (A) não se aplica a lei nova ao processo de Tício em razão do princípio da anterioridade.
 - (B) a lei que irá reger o processo é a lei do momento em que foi praticado o crime, à vista do princípio *tempus regit actum*.
 - (C) em razão do sistema da unidade processual, pelo qual uma única lei deve reger todo o processo, a lei velha continua ultra-ativa e, por isso, não se aplica a nova lei, mormente por ser esta prejudicial em relação aos interesses do acusado.
 - (D) não se aplica a lei revogada ao processo de Tício em razão do princípio da reserva legal.
 - (E) não se aplica a lei revogada porque a instrução ainda não se iniciara quando da entrada em vigor da nova lei.

16. Caio está sendo processado criminalmente pela prática de crime de furto e em sua resposta alega ser improcedente a acusação, uma vez que discute na seara cível, em ação por ele proposta, a ilegitimidade da posse da *res* pela suposta vítima.
- Considerando a situação retratada, assinale a alternativa correta.
- (A) O juiz poderá suspender a ação penal a depender tão somente da prévia propositura da ação cível pelo acusado.
 - (B) O juiz deverá suspender a ação penal até que se dirima no juízo cível a questão da legitimidade da posse.
 - (C) O juiz criminal pode resolver, *incidenter tantum*, a questão da posse sem que seja necessária a suspensão da ação penal.
 - (D) A resolução da questão prejudicial pelo juiz criminal faz coisa julgada.
 - (E) Não há possibilidade de suspensão da ação penal.

17. Nos termos do art. 252 do CPP, o juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que
- (A) tiver funcionado seu cônjuge como defensor.
 - (B) for amigo íntimo de qualquer das partes.
 - (C) tiver aconselhado qualquer das partes.
 - (D) for sócio de sociedade interessada no processo.
 - (E) for credor de qualquer das partes.

18. Na teoria geral dos recursos fala-se em efeito iterativo ou diferido.
- Assinale a alternativa que contempla recurso ou ação autônoma em que referido efeito está presente.
- (A) Apelação.
 - (B) Revisão criminal.
 - (C) Recurso extraordinário.
 - (D) Mandado de segurança.
 - (E) Recurso em sentido estrito.

19. Tício foi absolvido da acusação de prática do crime de homicídio qualificado. Inconformado com a decisão, o Ministério Público interpõe recurso de apelação por entender ser a decisão manifestamente contrária à prova dos autos. Dado provimento ao recurso e submetido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri, Tício é agora condenado pela prática do crime de homicídio qualificado à pena de 12 anos de reclusão.

Com base em tais informações, afirma-se corretamente:

- (A) o efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri não é adstrito aos fundamentos da sua interposição.
- (B) não se cogita a possibilidade de interposição de recurso de apelação quando houver injustiça no tocante à aplicação da pena.
- (C) no caso das sentenças do júri, a apelação é recurso vinculado e não de fundamentação livre.
- (D) com base no princípio da ampla defesa, é possível que a defesa interponha recurso de apelação contra a sentença condenatória pelo mesmo fundamento (decisão contrária à prova dos autos).
- (E) não era dado ao Tribunal de Justiça prover o recurso interposto pelo Ministério Público, violando assim o direito fundamental da soberania dos veredictos do Tribunal do Júri.

20. A respeito do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- (A) Para saber qual é a autoridade policial *competente* para um certo inquérito policial, utiliza-se o critério *ratione loci* ou *ratione materiae*.
- (B) A autoridade policial poderá arquivar autos de inquérito policial se convencida da inexistência da materialidade delitiva.
- (C) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, autoridade policial poderá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.
- (D) Como peça obrigatória para o oferecimento da denúncia, os autos de inquérito policial acompanharão a denúncia ou queixa.
- (E) O inquérito policial é um procedimento administrativo, de natureza acusatória, escrito e sigiloso.

21. No que se refere à prova testemunhal, assinale a alternativa correta.

- (A) Não se admite no processo/inquérito policial a presença de testemunhas indiretas, que são as que depõem sobre conhecimentos obtidos por intermédio de terceiros.
- (B) É característica do testemunho a sua objetividade, isto é, a testemunha, como regra geral, depõe sobre fatos percebidos pelos seus sentidos, sem emissão de juízos de valor ou opinião pessoal.
- (C) A oitiva das testemunhas acontece no lugar que for a ela conveniente.
- (D) A judicialidade não é característica da prova testemunhal, à vista de sua produção se dar também em inquérito policial.
- (E) Informantes não são classificados como testemunhas por conta das informações sigilosas que detêm.

22. Acerca do duplo grau de jurisdição, é correto afirmar que

- (A) constitui afronta ao princípio do duplo grau de jurisdição a cogitação da existência de um sistema com irrecorribilidade das decisões interlocutórias.
- (B) a possibilidade de interposição de recurso especial e extraordinário não é manifestação do duplo grau de jurisdição.
- (C) o exame direto da matéria pelo Tribunal em recurso de apelação constitui supressão do primeiro grau de jurisdição, mas não caracteriza violação do princípio do duplo grau de jurisdição.
- (D) a garantia do duplo grau de jurisdição vale tanto para o acusado como para o acusador.
- (E) a Constituição de 1988 assegurou expressamente referido princípio constitucional, dentre vários outros, assim como a Convenção Americana de Direitos Humanos, que assegura a todos os acusados, entre as garantias processuais mínimas, o direito de recorrer da sentença a juiz ou tribunal superior.

23. No que se refere à comunicação dos atos processuais, assinale a alternativa correta.

- (A) A citação por procuração é aceita desde que o procurador tenha poderes especiais para tanto.
- (B) Existem três formas de citação: a real, a ficta e a editalícia.
- (C) A ausência de citação é causa de nulidade absoluta no processo, mas a inobservância das formalidades da citação gera nulidade relativa do ato.
- (D) Ao verificar que o réu se oculta para não ser citado, dar-se-á a citação por edital.
- (E) No caso de citação do militar, além do mandado de citação, que deverá ser cumprido por oficial de justiça, também é necessária a notificação do chefe da repartição pública em que o militar estiver lotado.

24. A respeito da prova, é correto afirmar:

- (A) não se admite a produção de provas não disciplinadas em lei, sob pena de violação do princípio da taxatividade.
- (B) a produção da chamada prova emprestada deve obedecer ao procedimento previsto no CPP, sob pena de seu não aproveitamento.
- (C) fonte de prova é o instrumento por meio do qual se introduzem no processo os elementos probatórios.
- (D) meio de prova é tudo que é idôneo a fornecer o resultado apreciável para a decisão do juiz.
- (E) elemento de prova é o dado bruto que se extrai da fonte da prova, ainda não valorado pelo juiz.

25. Assinale a assertiva a seguir que espelha entendimento já sumulado pelos Tribunais Superiores sobre competência.

- (A) Compete à Justiça Federal processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima.
- (B) A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecida pela Constituição Estadual.
- (C) Compete à Justiça Estadual processar e julgar o crime de falsa anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, atribuído à empresa privada.
- (D) Compete à Justiça Militar processar e julgar o policial militar por crime de promover ou facilitar a fuga de preso de estabelecimento penal.
- (E) O foro competente para o processo e julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, é o do local onde se deu a emissão da cártula.

26. Em relação à prisão em flagrante, assinale a alternativa correta.

- (A) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 2 anos.
- (B) O delito putativo por obra do agente provocador é contemplado na lei e mesmo na doutrina como espécie do chamado *quase-flagrante*.
- (C) Para existir a prisão em flagrante nas hipóteses de perseguição é necessário que o agente seja preso em até 24 horas após o fato.
- (D) A atribuição para a lavratura do auto de prisão em flagrante é da autoridade policial do local em que ocorrer a prisão-captura, mesmo que esta se dê em local diverso do da prática do crime.
- (E) Chama-se flagrante impróprio a situação de prisão em que o agente é surpreendido quando acabou de cometer o delito.

27. Acerca das sentenças e decisões em geral, afirma-se corretamente:

- (A) a possibilidade de o juiz dar ao fato definição jurídica diversa daquela constante da denúncia, prevista no art. 383, do Código de Processo Penal, depende de requerimento do Ministério Público, titular da ação penal.
- (B) sentença subjetivamente plúrima é a sentença proferida por mais de um órgão, composto por julgadores de natureza diversa, como são as sentenças do tribunal do júri.
- (C) a sentença que extingue o processo sem julgamento do mérito é denominada sentença definitiva *lato sensu*.
- (D) em caso de aditamento da denúncia, previsto no art. 384 do Código de Processo Penal, o juiz não ficará adstrito na sentença aos termos do aditamento, podendo de forma fundamentada decidir de forma diversa.
- (E) só fazem coisa julgada material as sentenças de mérito.

28. Sobre as nulidades, é correto afirmar:

- (A) para fins de convalidação dos atos processuais, as nulidades da sentença condenatória deverão ser alegadas na execução da pena, sob pena de convalidação.
- (B) a preclusão não se aplica às nulidades por expressa disposição legal.
- (C) segundo o princípio da instrumentalidade das formas, não se anula um ato se, embora praticado em desacordo com a forma prevista em lei, atingiu o seu fim.
- (D) a não intervenção do Ministério Público na ação privada subsidiária da pública gera nulidade absoluta.
- (E) o princípio do interesse aplica-se tanto às nulidades absolutas como às relativas.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

29. Considere o seguinte caso hipotético: “X”, administrador financeiro da campanha de “Y” à Prefeitura Municipal, apropria-se de recursos ou valores destinados ao financiamento eleitoral, em proveito próprio.

É correto afirmar que “X”

- (A) não cometeu crime eleitoral, pois sua conduta tipifica crime previsto no Código Penal.
- (B) cometeu um crime eleitoral apenado com reclusão e de ação penal pública.
- (C) não cometeu qualquer crime, pois exerce a função de administrador financeiro, cabendo apenas responsabilidade civil.
- (D) cometeu um crime eleitoral apenado com detenção e de ação penal pública.
- (E) cometeu um crime eleitoral apenado com detenção e de ação penal privada.

30. Considere que um Delegado de Polícia, após autuar em flagrante um criminoso, deixe de comunicar imediatamente ao juiz competente a referida prisão.

É correto afirmar que o Delegado

- (A) cometeu um abuso de autoridade, podendo ser sancionado administrativamente com a suspensão do cargo, função ou posto por prazo de trinta a cento e oitenta dias, além da cominação acessória de não poder exercer funções de natureza policial no município da culpa, por prazo de um a dez anos.
- (B) cometeu um abuso de autoridade, podendo ser sancionado administrativamente com repreensão.
- (C) não cometeu abuso de autoridade, devendo ser responsabilizado tão somente na esfera administrativa.
- (D) não cometeu abuso de autoridade. Entretanto, poderá ser sancionado com a pena autônoma de não poder exercer funções de natureza policial no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.
- (E) cometeu um abuso de autoridade, podendo ser sancionado administrativamente com advertência ou suspensão do cargo, além da cominação acessória de não poder exercer funções de qualquer natureza no município da culpa, por prazo de um a dez anos.

31. Com relação à conduta de “Simular a participação de adolescente em cena de sexo explícito por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia”, nos termos da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), é correto afirmar que

- (A) a mera montagem de fotografia que simule a participação de adolescente em cena de sexo explícito em si já é suficiente para configurar a infração penal por parte de quem a produziu.
- (B) apesar de constar da legislação, a descrição do enunciado trata de uma ficção jurídica, também considerada uma hipótese de indiferente penal, em razão da atipicidade da conduta descrita.
- (C) se trata de crime apenado com detenção e de ação penal pública incondicionada.
- (D) se trata de crime de perigo abstrato, apenado com reclusão, que não admite a suspensão condicional do processo, mas tão somente a transação penal.
- (E) não é considerado um crime, por ausência de previsão legal.

32. Assinale a alternativa em que todos os crimes descritos da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) possuem modalidade culposa.

- (A) Impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, banco de dados, fichas e registros / Fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços.
- (B) Deixar de organizar dados fáticos, técnicos e científicos que dão base à publicidade / Empregar na reparação de produtos, peça ou componentes de reposição usados, sem autorização do consumidor.
- (C) Deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia adequadamente preenchido e com especificação clara de seu conteúdo / Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva.
- (D) Empregar na reparação de produtos, peça ou componentes de reposição usados, sem autorização do consumidor / Impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, banco de dados, fichas e registros.
- (E) Omitir dizeres ou sinais ostensivos sobre a nocividade ou periculosidade de produtos, nas embalagens, nos invólucros, recipientes ou publicidade / Fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços.

33. A prisão temporária é cabível

- (A) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial nos crimes, entre outros, de latrocínio e epidemia com resultado morte, pelo prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- (B) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial nos crimes, entre outros, de latrocínio e roubo, pelo prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- (C) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial ou instrução processual, nos crimes, entre outros, de latrocínio e sequestro ou cárcere privado, pelo prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- (D) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial ou instrução processual, nos crimes, entre outros, de latrocínio e roubo, pelo prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- (E) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial, decretada de ofício pelo magistrado ou a requerimento do Delegado de Polícia, nos crimes, entre outros, de latrocínio e estupro, pelo prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

34. Com relação aos crimes de trânsito, é correto afirmar que

- (A) em qualquer hipótese de lesão corporal culposa, a ação penal será pública condicionada.
- (B) no crime de homicídio culposo a ação penal poderá ser pública condicionada.
- (C) o crime de embriaguez ao volante não admite transação penal, mas nada impede a incidência de suspensão condicional do processo.
- (D) o crime de violação da suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou habilitação para dirigir veículo é incompatível com a suspensão condicional de processo.
- (E) o crime de fuga do local do acidente não é considerado uma infração penal de menor potencial ofensivo.

35. É correto afirmar a respeito do crime de disparo de arma de fogo, previsto na Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), que

- (A) é inafiançável, de perigo abstrato e que não admite a suspensão condicional do processo.
- (B) se trata de crime comum, de perigo abstrato e que não admite a suspensão condicional do processo.
- (C) se trata de crime próprio, afiançável e que admite a suspensão condicional do processo.
- (D) não admite a suspensão condicional do processo, é afiançável e trata-se de crime de mão-própria.
- (E) é inafiançável, de perigo concreto e que admite a suspensão condicional do processo.

36. Assinale a alternativa que contempla um crime previsto na Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas e Falência) e apenado com detenção.

- (A) Omissão dos documentos contábeis obrigatórios.
- (B) Divulgação de informações falsas.
- (C) Desvio, ocultação ou apropriação de bens.
- (D) Violação de sigilo empresarial.
- (E) Favorecimento de credores.

37. Nos termos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha):

- (A) a mulher vítima será inquirida sempre com intermediação de profissional do sexo feminino especializado em violência doméstica e familiar designado pela autoridade judiciária ou policial.
- (B) é direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores exclusivamente do sexo feminino.
- (C) é direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores, preferencialmente do sexo feminino e previamente capacitados.
- (D) é direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial especializado, ininterrupto e prestado por servidores exclusivamente do sexo feminino.
- (E) a mulher vítima será inquirida sempre com intermediação de profissional especializado em violência doméstica e familiar designado pela autoridade judiciária ou policial.

38. É correto afirmar que, nos termos da Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas), o crime de tráfico ilícito de drogas é crime
- (A) hediondo, insuscetível de *sursis*, graça, indulto, sendo apenas possível a anistia e a liberdade provisória.
 - (B) de ação múltipla, norma penal em branco que não admite a possibilidade de liberdade provisória, sendo apenas possível a conversão de suas penas em restritivas de direitos.
 - (C) inafiançável e insuscetível de *sursis*, que admite a conversão de suas penas em restritivas de direitos.
 - (D) inafiançável e insuscetível de *sursis*, graça, indulto, anistia e liberdade provisória.
 - (E) de ação múltipla, norma penal em branco e que admite a possibilidade de livramento condicional, ao réu reincidente específico, após o cumprimento de dois terços da pena.
39. Nos termos da Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), considera-se discriminação racial ou étnico-racial toda
- (A) distinção, exclusão ou assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a diferenciação de acesso a serviços e oportunidades distanciando as mulheres negras e os demais segmentos sociais, visando a segregação e a diferenciação de acesso a bens e serviços públicos e privados.
 - (B) distinção, exclusão ou situação injustificada de diferenciação de acesso a bens, nas esferas privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições e de direitos, no que concerne ao acesso a serviços públicos.
 - (C) distinção, exclusão ou assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.
 - (D) distinção, exclusão ou situação injustificada de diferenciação de acesso a serviços e oportunidades, nas esferas pública, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições e de direitos, no que concerne à aquisição de bens.
 - (E) distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.
40. Nos termos da Lei nº 12.830/2013 (Investigação Criminal Conduzida pelo Delegado), assinale a alternativa correta.
- (A) Durante a investigação criminal, cabe ao Escrivão de Polícia a requisição de documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.
 - (B) O cargo de delegado de polícia é privativo de bacharel em direito com inscrição da OAB.
 - (C) As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo Delegado de Polícia são consideradas de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado.
 - (D) A remoção do Delegado de Polícia dar-se-á somente por ato fundamentado do Governador do Estado.
 - (E) A remoção do Delegado de Polícia dar-se-á somente por ato fundamentado do Secretário de Segurança Pública.
41. No que concerne às disposições da Lei nº 12.850/2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas), é correto afirmar que
- (A) na hipótese de colaboração premiada, o prazo para oferecimento de denúncia, relativo ao colaborador, poderá ser suspenso por até 6 (seis) meses, improrrogáveis, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração, suspendendo-se o respectivo prazo prescricional.
 - (B) na hipótese de colaboração premiada, o prazo para oferecimento de denúncia ou o processo, relativos ao colaborador, poderá ser suspenso por até 6 (seis) meses, prorrogáveis por igual período, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração, não sendo suspenso o respectivo prazo prescricional.
 - (C) o Delegado de Polícia terá acesso, independentemente de autorização judicial, apenas aos dados cadastrais do investigado que informem exclusivamente a qualificação pessoal, a filiação e o endereço mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito.
 - (D) nos crimes previstos na referida lei, observadas as disposições do Código de Processo Penal, a instrução criminal deverá ser encerrada no prazo de 120 (cento e vinte) dias quando o réu estiver preso, prorrogáveis em até igual período, por decisão fundamentada, somente na hipótese de fato procrastinatório atribuível ao réu.
 - (E) a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação dependerá de representação do Delegado de Polícia, descrevendo indícios seguros na necessidade de obter as informações por meio desta operação, ao juiz competente que poderá autorizar, de forma circunstanciada, motivada e sigilosa, cientificando, posteriormente, o Ministério Público para o devido acompanhamento.

42. Nos termos da Lei nº 13.260/2016 (Lei Antiterrorismo), assinale a alternativa correta.

- (A) Os crimes previstos na referida Lei são praticados contra o interesse da União, cabendo à Polícia Federal a investigação criminal, em sede de inquérito policial.
- (B) Aquele que for flagrado constituindo uma organização terrorista, não cometerá um crime, estando sujeito a responsabilização por realizar atos preparatórios do terrorismo.
- (C) O terrorismo consistirá sempre na prática por mais de um indivíduo de atos criminosos por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado.
- (D) São atos de terrorismo *incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado*.
- (E) São atos de terrorismo *incendiar, interferir, sabotar ou danificar sistemas de informática ou bancos de dados*, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

43. Ao julgar o RE nº 251.445/GO, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o termo “casa”, resguardado pela inviolabilidade conferida pelo art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal e antes restrito a domicílio e residência, revela-se abrangente, devendo, portanto, se estender também a qualquer compartimento privado onde alguém exerça profissão ou atividade. Essa fixação de novo entendimento pelo Supremo Tribunal Federal que acarretou num processo de alteração do sentido da norma constitucional, sem alteração do texto, é denominada pela hermenêutica constitucional de

- (A) ripristinação constitucional.
- (B) mutação constitucional informal.
- (C) interpretação conforme.
- (D) interpretação literal.
- (E) interpretação teleológica.

44. Partindo das concepções e classificações possíveis da Constituição, assinale a alternativa correta.

- (A) A concepção sociológica da Constituição, de autoria de Ferdinand Lassale, busca o fundamento da Constituição na decisão política fundamental que antecede a elaboração da Constituição.
- (B) A concepção política da Constituição, de autoria de Carl Schmitt, visualiza a Constituição sob o aspecto da relação entre os fatos sociais dentro do Estado, de modo que há uma Constituição real/efetiva e uma Constituição escrita.
- (C) Quanto à forma, as constituições podem ser classificadas em cesaristas e pactuadas.
- (D) Quanto ao modo de elaboração, as normas podem ser classificadas em dogmáticas e históricas.
- (E) A concepção jurídica ou puramente normativa da Constituição, de autoria de Konrad Hesse, define que a Constituição é puro dever-ser, norma pura, e não deve buscar seu fundamento apenas na própria ciência jurídica.

45. Ao dispor sobre os direitos e garantias fundamentais, a Constituição Federal de 1988 dispõe que

- (A) após o registro dos filiados, as entidades associativas têm legitimidade automática para representá-los judicial ou extrajudicialmente.
- (B) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em títulos da dívida pública, ressalvados os casos previstos na Constituição.
- (C) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- (D) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que o respectivo órgão de classe estabelecer.
- (E) os tratados internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados por maioria absoluta em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, serão equivalentes às emendas constitucionais.

46. Suponha que Joseph, brasileiro naturalizado e atualmente com 20 anos de idade, decida se candidatar ao cargo de Deputado Federal. Nesse caso, é correto afirmar que ele
- (A) poderá se candidatar, pois o cargo é elegível tanto para brasileiros natos como naturalizados e a idade mínima exigida é 18 anos.
 - (B) poderá se candidatar, pois o cargo é elegível tanto para brasileiros natos como naturalizados e a idade mínima exigida é 20 anos.
 - (C) não poderá se candidatar, uma vez que embora o cargo não seja privativo de brasileiros natos, Joseph não possui a idade mínima de 21 anos exigida pela Constituição.
 - (D) não poderá se candidatar, pois ainda que possua a idade necessária para a candidatura, o cargo é privativo de brasileiros natos.
 - (E) não poderá se candidatar, pois além de não possuir a idade mínima exigida para a candidatura, o cargo é privativo de brasileiros natos.
47. Suponha que o Partido X lhe consulte sobre quais são os requisitos constitucionais para que um partido político tenha acesso aos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao tempo de rádio e televisão. Nesse sentido, segundo o disposto na Constituição Federal de 1988, após a reforma dada pela Emenda Constitucional nº 97/2017, é correto afirmar que o acesso a tais benefícios ocorrerá
- (A) se obtiver, nas eleições para a Câmara dos Deputados e do Senado Federal, conjuntamente, o mínimo de 5% dos votos válidos nacionais, distribuídos em pelo menos 1/3 das unidades da federação, exigindo-se, para ambos, o mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma delas.
 - (B) somente se obtiver, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos 1/3 das unidades da Federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma delas, ou se elegerem pelo menos 15 deputados distribuídos em pelo menos 1/3 das unidades da federação.
 - (C) de forma automática, não sendo necessário o preenchimento de outros requisitos, sob pena de violação ao princípio da liberdade partidária reconhecido pela Constituição Federal.
 - (D) se obtiver, nas eleições para o Senado Federal, no mínimo 2% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos 2 unidades da federação, com um mínimo de 1% dos votos válidos em cada uma delas.
 - (E) somente se obtiver, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 5% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos 1/3 das unidades da Federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma delas, e, obrigatoriamente, se elegerem pelo menos 15 deputados federais distribuídos em pelo menos 1/3 das unidades da federação.
48. É correto afirmar que o Federalismo
- (A) representa uma forma de Estado que possui um centro único dotado de capacidade legislativa, administrativa e política, que é direcionado às unidades locais e regionais.
 - (B) representa um sistema de governo, que analisa as relações de poder existentes no âmbito da federação.
 - (C) ocorreu no Brasil por meio de um movimento centrífuga (por segregação).
 - (D) ocorreu no Brasil mediante um movimento centrípeta (por agregação).
 - (E) representa uma forma de governo, que leva em consideração a quantidade de titulares que estão no poder.
49. Assinale a alternativa correta que corresponda à previsão da Constituição Federal de 1988 sobre a repartição de competências entre os entes federativos.
- (A) É competência privativa da União legislar sobre procedimentos em matéria processual.
 - (B) Compete privativamente à União legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
 - (C) Em se tratando de competência legislativa concorrente, caso um Estado X legisle de forma plena sobre normas gerais e específicas, e, posteriormente, sobrevenha lei federal sobre normas gerais, a lei estadual será abrogada no que lhe for contrário.
 - (D) Compete à União, Estados-membros e Distrito Federal legislar concorrentemente sobre custas dos serviços forenses.
 - (E) É competência comum da União, Estados-membros e Distrito Federal legislar sobre populações indígenas.
50. Considere que o Estado X, em função da diversidade cultural constatada em sua região, decida desmembrar-se para formação de dois novos Estados. Nessa hipótese, é correto afirmar que tal desmembramento
- (A) será constitucional desde que a proposta seja aprovada pela população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e, cumulativamente, pelo Congresso Nacional, por lei complementar.
 - (B) será constitucional se aprovada diretamente pela população interessada, por meio de referendo, e do Congresso Nacional, por meio de lei ordinária.
 - (C) é automaticamente inconstitucional, pois a unidade federativa é cláusula pétrea imutável nos termos da Constituição.
 - (D) é automaticamente inconstitucional, uma vez que a Constituição Federal veda tanto a separação como a criação de novos Estados-membros, ante a já estabelecida simetria federal.
 - (E) será constitucional desde que aprovada pela Assembleia do Estado mediante lei estadual e, cumulativamente, pelo Congresso Nacional, por meio de lei complementar.

51. Supondo que o Senador Y deixe de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias do Senado Federal, é correto assinalar que
- (A) perderá o seu mandato automaticamente, mediante decisão constitutiva por maioria simples do Senado Federal.
 - (B) perderá o seu mandato automaticamente, mediante decisão declaratória por maioria absoluta do Senado Federal.
 - (C) perderá o seu mandato, mediante decisão constitutiva do Congresso Nacional, assegurando-se contraditório e ampla defesa.
 - (D) perderá o seu mandato automaticamente, mediante decisão constitutiva por maioria absoluta do Senado Federal, independentemente de que lhe seja assegurado contraditório e ampla defesa.
 - (E) perderá o seu mandato, mediante decisão declaratória do Senado Federal, salvo se a ausência decorra de licença ou missão autorizada pela Casa legislativa.
52. É correto afirmar sobre o Conselho da República:
- (A) dele participam como membros, dentre outros, os líderes da maioria e da minoria, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal.
 - (B) possui como um de seus membros o Ministro do Planejamento.
 - (C) dentre as suas competências constitucionais deve opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração de paz.
 - (D) compete-lhe estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.
 - (E) é composto, dentre outros membros, de oito cidadãos brasileiros natos ou naturalizados, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo três nomeados pelo Presidente da República, três eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, sendo possível a recondução por uma única vez.
53. Assinale a alternativa correta a respeito do Controle de Constitucionalidade no Brasil.
- (A) A decisão sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo somente será tomada se presentes na sessão pelo menos seis Ministros.
 - (B) Após a propositura da ação direta de inconstitucionalidade, somente se admitirá a sua desistência mediante concordância da autoridade responsável pela edição da lei ou ato normativo impugnado.
 - (C) Em se tratando de Ação Direta de Constitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria simples de seus membros, poderá deferir pedido de medida cautelar consistente na determinação de que os juízes e os Tribunais suspendam o julgamento dos processos que envolvam a aplicação da lei ou do ato normativo objeto da ação até seu julgamento definitivo.
 - (D) A medida cautelar deferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade, que será em regra dotada de eficácia contra todos de efeito *ex nunc*, torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo manifestação expressa em sentido contrário.
 - (E) Os partidos políticos, independentemente de representação no Congresso Nacional, possuem legitimação para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade, uma vez que possuem representatividade nacional.
54. Em recente julgamento nos autos da ADPF nº 132, o Supremo Tribunal Federal, diante da possibilidade de duas ou mais interpretações razoáveis sobre o art. 1.723 do Código Civil, que trata sobre a união estável entre homem e mulher, reconheceu a união homoafetiva como família. Nesse caso, é correto afirmar que a técnica de interpretação utilizada foi
- (A) interpretação teleológica.
 - (B) mutação constitucional informal.
 - (C) interpretação conforme.
 - (D) mutação constitucional formal.
 - (E) ponderação pelo princípio da proporcionalidade.

55. Suponha que o Presidente da República, depois de ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretou estado de defesa para restabelecer a paz social ameaçada por grave e iminente instabilidade institucional no local X.

Nesse caso, é certo assinalar que

- (A) o estado de defesa poderá ser instituído pelo prazo máximo de 45 dias, prorrogado uma única vez por mais 45 dias.
- (B) o decreto poderá restringir tanto o sigilo de comunicação telegráfica como telefônica.
- (C) o decreto que instituir o estado de defesa poderá se dar por prazo indeterminado em casos de grave violação da ordem pública.
- (D) na vigência do estado de defesa a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a 30 dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
- (E) o direito de reunião poderá ser restringido, excetuando-se naquelas exercidas no seio das associações.

56. Supondo que o Presidente da República decida nomear como novo Ministro de Defesa FULANO DE TAL, é correto afirmar que referido Ministro

- (A) deverá possuir no mínimo 18 anos de idade, podendo ser brasileiro nato ou naturalizado, no gozo de seus direitos políticos.
- (B) obrigatoriamente, deverá possuir mais de 21 anos de idade e ser exclusivamente brasileiro nato, no gozo de seus direitos políticos.
- (C) uma vez nomeado, caso pratique crime de responsabilidade juntamente com o Presidente da República, será julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) deverá contar no máximo 30 anos de idade, podendo ser brasileiro nato ou naturalizado, no gozo dos seus direitos políticos.
- (E) tendo preenchido os requisitos constitucionais para sua nomeação e assumido o cargo, caso pratique infração penal comum, será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

DIREITOS HUMANOS

57. No tocante à temática dos direitos humanos, considerando seu surgimento e sua evolução histórica, assinale a alternativa que contempla correta e cronologicamente seus marcos históricos fundamentais.

- (A) O iluminismo, o constitucionalismo e o socialismo.
- (B) O cristianismo, o socialismo e o constitucionalismo.
- (C) A Magna Carta, a Constituição Alemã de Weimar e a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América.
- (D) A Magna Carta, a queda da Bastilha na França e a criação da Organização das Nações Unidas.
- (E) O iluminismo, a Revolução Francesa e o fim da Segunda Guerra Mundial.

58. Esse documento histórico de remota conquista dos direitos humanos foi editado com o escopo de assegurar a Supremacia do Parlamento sobre a vontade do Rei, controlando e reduzindo os abusos cometidos pela nobreza em relação aos seus súditos, em especial declarando, dentre outras conquistas, o direito de petição, eleições livres e a proibição de fianças exorbitantes e de penas severas:

- (A) *Petition of Rights*, de 1628.
- (B) *Habeas Corpus Act*, de 1679.
- (C) *The Bill of Rights*, de 1689.
- (D) Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.
- (E) Magna Carta, de 1215.

- 59.** Assinale a alternativa correta a respeito das características dos direitos humanos.
- (A) O Princípio da ilimitabilidade garante que o Estado e a sociedade não podem limitar a fruição dos direitos humanos já conquistados, com o objetivo de disciplinar situações excepcionais que venham a reduzir o alcance desses direitos.
 - (B) O Princípio da divisibilidade propõe que os direitos humanos devem obedecer a uma classificação retórica, que divide e categoriza os vários grupos de direitos inerentes ao homem e à sociedade, para que sejam melhor usufruídos pelos seus destinatários.
 - (C) O Princípio da essencialidade reza que os direitos humanos devem ser vistos como aquela categoria de direitos inerentes à sociedade em determinada época histórica, podendo ser divididos em essenciais, que devem gozar de livre fruição, e os não essenciais, que ainda demandam reivindicações a serem conquistadas ao longo do tempo.
 - (D) O Princípio da inalterabilidade estabelece que os direitos humanos não sofrem alterações com o decurso do tempo, pois têm caráter eterno, não se ganham nem se perdem com o tempo, são anteriores, concomitantes e posteriores aos indivíduos.
 - (E) O Princípio da interrelacionariedade dispõe que os direitos humanos e os sistemas de proteção se inter-relacionam, permitindo às pessoas escolher entre os mecanismos de proteção global ou regional, pois não há hierarquia entre eles.
- 60.** Assinale a alternativa que contempla um tratado de direitos humanos, incorporado pelo Direito Brasileiro com o *status* de norma constitucional, que faz parte do que a doutrina chama de Bloco de Constitucionalidade.
- (A) Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.
 - (B) Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados.
 - (C) Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas e degradantes.
 - (D) Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
 - (E) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.
- 61.** A respeito da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, é correto afirmar que
- (A) após a primeira eleição da Comissão, a duração do mandato dos seus membros será de 4 anos e poderão ser reeleitos por uma só vez.
 - (B) a Comissão é órgão auxiliar da ONU e tem como função primordial a supervisão das obrigações dos Estados em virtude da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
 - (C) a competência para apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação desta Convenção por um Estado-Parte será do Ministério Público Federal.
 - (D) a Comissão é composta por 7 membros eleitos, que atuam como representantes dos seus respectivos governos.
 - (E) a Comissão é um órgão de caráter jurisdicional que foi criado pela Convenção com tripla função, a consultiva, a contenciosa e a executiva.
- 62.** Assinale a alternativa que está em consonância com o Protocolo de Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças.
- (A) Cada Estado-Parte se obriga, em virtude da relevância social da prevenção e gravidade da conduta, a afastar eventual confidencialidade dos procedimentos judiciais relativos ao tráfico de pessoas, especialmente de mulheres e crianças.
 - (B) Cada Estado-Parte, ao aplicar as disposições sobre assistência e proteção das vítimas de tráfico de pessoas, não poderá fazer distinção quanto à idade, ao sexo ou às suas necessidades específicas.
 - (C) O recrutamento, o transporte, a transferência, ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados tráfico de pessoas desde que envolvam o uso da força ou outras formas de coação.
 - (D) Para efeitos do Protocolo, o termo “criança” significa qualquer pessoa com idade inferior a dezoito anos.
 - (E) Quando se tratar de exploração para fins de prostituição mediante o pagamento de benefícios, o consentimento dado pela vítima descaracteriza o tráfico de pessoas.

- 63.** Segundo as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento dos Presos (Regras de Mandela), é correto afirmar que
- (A) o sistema de registro dos presos, que deve ser aberto a todos os interessados, será utilizado para gerar dados confiáveis acerca de tendências e características da população prisional, incluindo taxas de ocupação, a fim de criar as bases para a tomada de decisões fundadas em evidências.
 - (B) as administrações prisionais e autoridades competentes devem oferecer educação, formação profissional e trabalho, e outras formas de assistência apropriadas e disponíveis, inclusive aquelas de natureza reparadora, moral, espiritual, social, esportiva e de saúde. Tais programas, atividades e serviços devem ser oferecidos em consonância com as necessidades individuais de tratamento dos presos.
 - (C) ao impor uma sanção disciplinar, deve ser levado em conta se e como uma eventual doença mental ou incapacidade do preso possa ter contribuído para sua conduta ou ato que fundamentou a sanção. Os administradores prisionais devem punir de forma compatível e adequada a conduta do preso considerada como resultado de sua doença mental ou incapacidade intelectual.
 - (D) todos os presos devem ser tratados com respeito e dignidade. Nenhum preso deverá ser submetido a tortura ou tratamentos ou sanções cruéis, desumanos ou degradantes e deverá ser protegido de tais atos, não sendo estes justificáveis, a não ser em defesa da segurança dos servidores prisionais, dos prestadores de serviço e dos visitantes.
 - (E) as diferentes categorias de presos devem ser mantidas em estabelecimentos prisionais separados, levando em consideração seu sexo, idade, antecedentes criminais, razões da detenção e necessidades de tratamento, não podendo diferentes categorias ser mantidas no mesmo estabelecimento, ainda que em recintos internos distintos.
- 64.** Nos moldes das Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento dos Presos (Regras de Mandela), na hipótese de haver uma presa em estado de gravidez ou com filhos em determinado estabelecimento prisional,
- (A) após o nascimento da criança, esta poderá ficar com a mãe no estabelecimento prisional, no máximo, até completar dois anos de idade.
 - (B) os exames pré e pós-natais não devem ser realizados no próprio estabelecimento prisional, devendo a presa ser conduzida a hospital ou clínica especializada sempre que necessitar.
 - (C) devem-se adotar as medidas para que o nascimento ocorra em hospital fora da unidade prisional, mas se a criança nascer no próprio estabelecimento prisional, este fato deve constar de sua certidão de nascimento.
 - (D) providências devem ser tomadas para garantir creches internas ou externas dotadas de pessoal qualificado, onde as crianças poderão ser deixadas quando não estiverem sob o cuidado de seu pai ou sua mãe.
 - (E) se a mãe, após o nascimento do filho, quiser manter a criança com ela no estabelecimento prisional, essa decisão deve se basear no melhor interesse da mãe e deve ser tomada pelo Diretor da unidade prisional.
- 65.** No que se refere à prisão civil por dívida, a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) estabelece que
- (A) é permitida apenas para o caso de inadimplemento de obrigação alimentar.
 - (B) deve ser decidida pela Constituição de cada Estado-Parte.
 - (C) deve ser abolida em todos os Estados-Partes.
 - (D) é permitida apenas para hipótese de depositário infiel.
 - (E) é autorizada para os casos de depositário infiel e de devedor de obrigação alimentar.

66. O Pacto de São José da Costa Rica estipula que os Estados-Partes podem suspender as obrigações contraídas em virtude do referido Pacto, como por exemplo em situação de guerra, perigo público, ou de outra emergência que ameace a sua independência ou sua segurança. Dentre os direitos que podem ser suspensos nessas hipóteses, está
- (A) o Direito à Nacionalidade.
 - (B) o Direito de Circulação.
 - (C) o Direito ao Reconhecimento da Personalidade Jurídica.
 - (D) a Liberdade de Religião.
 - (E) o Princípio da Retroatividade da lei.
67. No tocante ao Tribunal Penal Internacional, considerando o disposto, expressamente, no Estatuto de Roma, o Tribunal terá competência para julgar
- (A) a tortura, o racismo, o terrorismo e os crimes contra a humanidade.
 - (B) a tortura coletiva, o extermínio em massa, o tráfico de pessoas e os crimes de guerra.
 - (C) os crimes de guerra, os crimes contra a humanidade, o terrorismo e os crimes hediondos.
 - (D) o genocídio, os crimes contra a humanidade, a tortura e o tráfico internacional de entorpecentes.
 - (E) o genocídio, os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e os crimes de agressão.
68. Segundo o Estatuto de Roma, o Tribunal Penal Internacional exercerá a sua jurisdição em relação aos crimes nele previstos por iniciativa
- (A) de denúncia da Interpol, de solicitação de órgãos de direitos humanos da ONU ou da Comissão Interamericana ou Europeia de Direitos Humanos.
 - (B) de denúncia do próprio Estado-Parte ou do Conselho de Segurança da ONU e por meio de inquérito do Procurador do Tribunal.
 - (C) de denúncia da Interpol ou do próprio Estado-Parte e de decisão *ex officio* de qualquer juiz do Tribunal.
 - (D) de solicitação de qualquer órgão do Poder Judiciário do Estado-Parte, de denúncia de qualquer cidadão do Estado-Parte e de decisão *ex officio* de qualquer juiz do Tribunal.
 - (E) de denúncia de qualquer pessoa, de entidades não-governamentais ligadas à defesa dos direitos humanos e por meio de inquérito do Procurador.
69. É um Princípio Geral de Direito Penal, previsto no Estatuto de Roma, aplicável à jurisdição do Tribunal Penal Internacional:
- (A) os crimes da competência do Tribunal prescrevem em 10 anos, contados do conhecimento do fato criminoso.
 - (B) qualquer pessoa condenada pelo Tribunal só poderá ser punida em conformidade com as disposições legais existentes no seu Estado-Parte.
 - (C) o erro de fato só excluirá a responsabilidade criminal se eliminar o dolo requerido pelo crime.
 - (D) o Tribunal não terá jurisdição sobre pessoas que, à data da denúncia da prática do crime, não tenham ainda completado 21 anos de idade.
 - (E) a previsão de um crime será estabelecida de forma precisa, sendo permitida, quando isso não for possível, o recurso à analogia.
70. Os juízes da Corte Interamericana serão eleitos para um mandato de seis anos e só poderão ser reeleitos uma vez. Na hipótese de um dos juízes concluir o seu mandato, mas ainda ter casos sob seu exame que se encontrem em fase de sentença, o Estatuto da Corte estabelece que
- (A) deverão os casos ser redistribuídos, igualmente, aos juízes que permanecem na Corte, iniciando-se a transferência pelo integrante mais novo.
 - (B) os casos deverão ser assumidos pelo novo juiz eleito que o substituirá, o qual deverá proferir as respectivas sentenças de acordo com seu livre convencimento.
 - (C) o juiz presidente da Corte receberá os casos no estado em que se encontram e fará a sua redistribuição por sorteio aos demais juízes.
 - (D) o juiz continuará conhecendo desses casos a que se tiver dedicado, para cujo efeito não será substituído pelo novo juiz eleito.
 - (E) o juiz deverá concluir a instrução de todos os processos em sua posse e entregá-los prontos para a sentença que será proferida pelo novo juiz que o substituirá.

DIREITO ADMINISTRATIVO

71. O conceito de Administração Pública possui vários sentidos, sendo correto afirmar que:

- (A) sob o sentido formal, a Administração Pública deve ser entendida como o conjunto de funções administrativas exercidas pelo Estado.
- (B) sob o sentido objetivo, entende-se como Administração Pública a estrutura orgânica do Estado, definidora do conjunto de estruturas de competências legalmente definidas.
- (C) sob o sentido empreendedor, a Administração Pública é o conjunto de funções administrativas exercidas pelo Estado de forma empreendedora, visando o atingimento das suas finalidades.
- (D) sob o sentido material, a Administração Pública deve ser entendida como a atividade administrativa exercida pelo Estado.
- (E) sob o sentido material, entende-se como Administração Pública o conjunto de órgãos do Estado, isto é, a estrutura estatal.

72. Os princípios administrativos podem ser utilizados para fins de controle de constitucionalidade dos atos administrativos pelo Poder Judiciário, sendo o que se observa na alternativa a seguir:

- (A) a nomeação de cônjuge da autoridade nomeante para o exercício de cargo em comissão ou de confiança na Administração Pública do Estado viola a Constituição Federal.
- (B) o ato administrativo eivado de ilegalidade deverá ser revogado pelo administrador público, em obediência ao princípio administrativo da discricionariedade.
- (C) ao titular do cargo de procurador de autarquia exige-se a apresentação de instrumento de mandato para representá-la em juízo.
- (D) não é possível a autotutela sobre os atos administrativos após a sua impugnação no Poder Judiciário.
- (E) o princípio da pessoalidade é corolário da isonomia e da legalidade, sendo centrais à ação administrativa.

73. O regime jurídico constitucional das empresas estatais prevê que

- (A) as empresas estatais não estão sujeitas à regra de concurso público para a seleção de seu quadro de pessoal.
- (B) os empregados das empresas estatais não gozam de estabilidade, devendo, porém, sua demissão ser devidamente motivada.
- (C) as empresas estatais prestadoras de serviço público deverão ser criadas por lei, sendo admitida a formação de consórcio.
- (D) as empresas estatais gozarão do mesmo tratamento jurídico dispensado às autarquias em matéria de regime de pessoal.
- (E) as obrigações não adimplidas de responsabilidade das empresas estatais deverão ser executadas mediante o regime constitucional de precatórios.

74. Suponha que o chefe de uma determinada Seção Administrativa, agindo dentro de sua competência legal, opte por nomear determinado servidor em função de confiança, sob a justificativa de que tal servidor possui as características pessoais ideais para o desempenho da função. Imagine, porém, que, após algumas semanas da nomeação, venha a público a informação de que a nomeação se deu com a principal finalidade de redistribuir a outro servidor processo administrativo cuja responsabilidade incumbia à época da nomeação ao servidor contemplado com a função de confiança.

A respeito dessa situação hipotética, é correto afirmar que se trata de caso de

- (A) excesso de poder, o qual se verifica quando o agente público exorbita as suas competências, agindo de forma ilegal.
- (B) desvio de dever funcional, o qual se verifica quando o agente público deixa de praticar ato de ofício, ou o retarda, com a finalidade exclusiva de gerar vantagem a terceiro.
- (C) abuso de poder, o qual se verifica quando o agente público age de forma arbitrária, assumindo atribuições impróprias para as suas funções.
- (D) desvio de finalidade, o qual se verifica quando o agente público, embora dentro de sua competência, afasta-se da finalidade prevista na lei para a prática do ato.
- (E) exercício regular de direito, o qual independe de motivação para a sua validade, não podendo ser anulado.

- 75.** Os bens públicos podem ter utilização especial ou privativa em algumas situações específicas. Suponha a situação em que empresa regularmente em operação deseja utilizar bem público, de forma privativa, onde realizará investimentos relevantes para a exploração da sua atividade, privada, mas de interesse público. Nessa situação, o instrumento administrativo mais adequado para preservar os interesses do particular investidor e da Administração é a
- (A) autorização de uso de bem público, pois é instrumento bilateral, assinado por prazo determinado, assegurando ao autorizado direito de indenização em caso de retomada do bem pela Administração.
 - (B) concessão de uso especial para fins de moradia e investimentos, pois é esse o instrumento unilateral e precário adequado para a preservação dos interesses do particular na amortização dos investimentos realizados.
 - (C) concessão de uso de bem público, a qual formaliza-se por contrato administrativo, portanto, instrumento bilateral, não sendo precário.
 - (D) licença de uso de bem público, instrumento unilateral, assinado por prazo determinado, não assegurando ao licenciado direito de indenização em caso de retomada do bem pela Administração.
 - (E) retrocessão, por ser esse o instrumento que permite, de forma gratuita, o uso de bem público por empresas privadas, para a exploração de atividade econômica de interesse público.
- 76.** O chamado “poder de polícia” é um dos poderes da Administração Pública reconhecidos pela literatura administrativa. Sobre este tema, é correto afirmar que
- (A) somente os atos relativos ao consentimento e à fiscalização são delegáveis, pois aqueles relativos à legislação e à sanção derivam do poder de coerção do Poder Público.
 - (B) o poder de polícia é exercido exclusivamente pelas forças de segurança nacional, em obediência ao previsto na Constituição Federal de 1988, cabendo às polícias civis a função de polícia judiciária.
 - (C) as atividades ligadas ao poder de polícia podem ser livremente delegadas a particulares, em especial as atividades de fiscalização e de aplicação de sanção.
 - (D) as medidas necessárias ao exercício do poder de polícia dependem, em regra, da intervenção do Poder Judiciário, não podendo a Administração agir diretamente na sua execução.
 - (E) a escolha dos meios necessários ao atingimento dos fins de proteção à segurança e à propriedade, finalidade do poder de polícia, é livre ao administrador, não cabendo revisão pelo Poder Judiciário.
- 77.** Suponha que a concessão de uma determinada permissão de instalação de empreendimento em um imóvel dependa, conforme determinado em lei, da assinatura da autoridade administrativa em dois formulários distintos e que, em determinado caso específico, em que pese o processo administrativo ter sido adequadamente instruído, a autoridade competente firmou apenas um dos formulários, ordenando a publicação da autorização, apesar do vício, o qual era desconhecido no momento da publicação. Identificado o vício após dois meses da publicação, a autoridade administrativa deverá
- (A) converter a permissão em autorização, por ser esta último ato precário para o qual se exige o atendimento a um número menor de condições.
 - (B) evitar realizar qualquer ato adicional relativo a esse processo até que se encerre a apuração preliminar que deverá, necessariamente, ser aberta para apurar eventual dolo na conduta da autoridade.
 - (C) anular a autorização concedida anteriormente, pois o ato jurídico de autorização será não existente.
 - (D) convalidar o ato, corrigindo o defeito sanável contido no ato anterior, garantindo, assim, a estabilidade das relações já constituídas.
 - (E) anular a autorização concedida anteriormente, pois o ato jurídico de autorização será inexistente, em face da ausência de atendimento estrito ao previsto na legislação.
- 78.** Segundo a Lei do Processo Administrativo do Estado de São Paulo (Lei nº 10.177/1998):
- (A) a Administração Pública atuará em obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, confidencialidade, razoabilidade, fidelidade, interesse público e motivação dos atos administrativos.
 - (B) antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo.
 - (C) o prazo máximo para decisão de requerimentos de qualquer espécie apresentados à Administração será de 360 (trezentos e sessenta) dias, se outro não for legalmente estabelecido.
 - (D) quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente deverá realizar consulta a especialistas no setor privado, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.
 - (E) é assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, mediante pagamento de taxa, o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder e para a defesa de direitos.

79. É hipótese de licitação dispensável:

- (A) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (B) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
- (C) para a contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- (D) a alienação de bens imóveis, conforme lei autorizativa do ente estatal proprietário do bem a ser alienado.
- (E) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

80. Os contratos administrativos são peculiares por terem cláusulas que contêm a manifestação do poder estatal e da supremacia do interesse público sobre interesses privados, as chamadas “cláusulas exorbitantes”. Entre tais cláusulas se inclui:

- (A) a possibilidade de modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- (B) a necessidade de identificação precisa do crédito orçamentário pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.
- (C) a proibição de utilização de meios alternativos de resolução de conflitos, tais como a mediação e a arbitragem.
- (D) a fixação do preço e das condições de pagamento, as quais deverão ser mantidas durante todo o prazo do contrato.
- (E) a definição de prazos não superiores a 12 (doze) meses, excetuados os projetos contemplados na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

81. É exemplo de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário:

- (A) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- (B) praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência.
- (C) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- (D) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
- (E) receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.

82. As chamadas “parcerias público-privadas” (PPPs), cujo regime jurídico no Brasil encontra respaldo na Lei nº 11.079/2004, apresentam-se como importante forma de mobilização de capitais privados para a geração e operação de infraestrutura pública no Brasil. É importante ter em vista, porém, que, se a contratação de PPPs não for adequadamente tratada pelo ente público, poderá resultar em graves problemas de natureza fiscal no longo prazo.

A respeito desse tema, é correto afirmar com base na Lei nº 11.079/2004, que um dos mitigadores dos riscos fiscais decorrentes de PPPs

- (A) consiste na necessidade de que todas as contratações de PPPs contem com garantia concedida pelo Fundo Garantidor de Parcerias (FGP), controlado pela União Federal.
- (B) se encontra na previsão de que a abertura da licitação esteja condicionada à estimativa do fluxo de recursos públicos suficientes para o cumprimento, durante a vigência do contrato e por exercício financeiro, das obrigações contraídas pela Administração Pública.
- (C) consiste na proibição existente na Lei à previsão de garantias às obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública por meio dos contratos.
- (D) consiste na necessidade de prévia autorização do Senado Federal e da Secretaria do Tesouro Nacional para a sua assinatura, a qual apenas poderá ser dispensada em caso de investimentos estratégicos integrantes do Plano Plurianual.
- (E) se encontra na proibição de contratação de PPPs com prazo superior a 35 (trinta e cinco) anos prorrogáveis por igual período, assegurando-se, assim, que as contratações de PPPs não comprometerão o ciclo orçamentário por mais de sete décadas.

83. A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) é um dos mais importantes instrumentos de transparência e combate à corrupção em vigor no Brasil. A respeito das regras previstas nesse instrumento normativo, é correto afirmar que

- (A) se aplicam também, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais.
- (B) é vedada a solicitação de informação por interessado sem revelação dos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- (C) não é possível a negativa de apresentação de informação sob a alegação de se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa.
- (D) se aplicam também às autarquias, às fundações públicas e às empresas estatais, excluídas aquelas não dependentes de recursos do Tesouro para custeio de despesas de pessoal.
- (E) é dever dos órgãos e entidades públicas promover, mediante requerimento devidamente justificado do interessado, a divulgação, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

84. A atividade administrativa do Estado frequentemente demanda a necessidade de intervenção da propriedade individual em razão de um interesse público maior. A respeito das diversas modalidades de intervenção na propriedade, julgue as afirmações a seguir e selecione a alternativa correta.

- (A) A servidão administrativa é a intervenção na propriedade particular que decorre da instituição de direito real, impondo ao proprietário a obrigação de suportar ônus parcial sobre o imóvel de sua propriedade, em benefício de serviço público ou de um bem afetado a um serviço público.
- (B) A legislação brasileira não autoriza a ocupação temporária de bens imóveis particulares no Brasil, devendo a Administração, se necessária a ocupação de imóvel para fins de pesquisa arqueológica, apresentar ação de desapropriação com pedido de imissão na posse.
- (C) A função social da propriedade é o fundamento para a aplicação das restrições decorrentes do tombamento de bens particulares do Brasil, tornando o bem, a partir da formalização da restrição administrativa, integrante do patrimônio público, deixando de compor o acervo do particular.
- (D) Em regra, o tombamento de bens pela Administração, para a preservação de interesses de caráter histórico e cultural, exigirá a prévia indenização do proprietário em valor equivalente ao ônus de preservação a ele imposto.
- (E) A desapropriação de bens imóveis ocorrerá sempre mediante prévia indenização em dinheiro, conforme expressa determinação da Constituição.

85. Domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) O domicílio do preso é o lugar onde foi julgada a ação penal.
- (B) O domicílio do servidor público é o lugar em que ele exerce permanentemente suas funções.
- (C) O domicílio do incapaz é o do local onde ele for encontrado.
- (D) Se a pessoa natural não tiver residência habitual, ter-se-á por seu domicílio a última residência registrada em seu nome.
- (E) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde alternadamente viva, considerar-se-á seu domicílio apenas o lugar onde a profissão é exercida.

86. Sobre as diferentes classes de bens, assinale a alternativa correta.

- (A) Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- (B) Os bens naturalmente divisíveis só podem tornar-se indivisíveis por determinação legal.
- (C) São bens imóveis o solo, o subsolo e o espaço aéreo e apenas o que se lhe incorporar artificialmente.
- (D) Consideram-se bens móveis as energias que tenham valor econômico e o direito à sucessão aberta.
- (E) Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.

87. Cesare Vivante definiu Título de Crédito como sendo o documento necessário para o exercício do direito, literal e autônomo, nele mencionado. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com a legislação vigente no país, o aval parcial é vedado, porém, a mesma legislação estabelece que o endosso parcial é válido.
- (B) Considera-se lugar de emissão e de pagamento, quando não indicado no título de crédito, o lugar onde a obrigação deve ser resolvida ou, subsidiariamente, o domicílio do emissor.
- (C) Ressalvada cláusula expressa em contrário, constante do endosso, responde o endossante pelo cumprimento da prestação constante do título.
- (D) O Código Civil estabelece que é considerado como título à ordem aquele emitido em favor de pessoa cujo nome conste no registro do emitente.
- (E) A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, não implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.

88. Maria propôs ação de divórcio em face de João e ambos, já divorciados, estão aguardando a homologação da partilha dos bens do casal. Nesse período, Maria conhece José e decidem se casar. Sobre o caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- (A) Os colaterais de terceiro grau de José, consanguíneos ou afins, podem arguir o fato de que Maria é divorciada e a partilha de bens dela e de João ainda não foi homologada.
- (B) Maria e José podem celebrar o casamento, desde que com o regime de separação obrigatória de bens.
- (C) Se o oficial de registro tiver conhecimento de que a partilha de bens de Maria e João ainda não foi homologada, ele é obrigado a declarar o impedimento.
- (D) Ainda que Maria prove a inexistência de prejuízo de João, o juiz não poderá autorizar o casamento de Maria e José até que a partilha de bens seja homologada.
- (E) Qualquer pessoa relativamente incapaz pode declarar o impedimento do casamento de Maria até o momento da celebração.

89. Sobre a exclusão da sucessão, assinale a alternativa correta.

- (A) Aquele que caluniou em juízo o autor da herança não será admitido a suceder, ainda que o ofendido o tiver reabilitado em testamento de forma expressa.
- (B) Aquele que, por meios fraudulentos, inibir o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade será excluído da sucessão, bastando, para tanto, decisão administrativa do juiz.
- (C) O direito de demandar a exclusão do herdeiro extingue-se em quatro anos, a contar da data de abertura do testamento.
- (D) Os descendentes do herdeiro excluído sucedem como se ele morto fosse antes da abertura da sucessão, uma vez que são pessoais os efeitos da exclusão.
- (E) O excluído da sucessão é obrigado a restituir os frutos e rendimentos que dos bens da herança houver percebido, sem direito a indenização pelas despesas com a conservação deles.

90. Pedro, cantor de sucesso de apenas dezessete anos, preocupado com seus bens, decide fazer um testamento. Sobre a situação hipotética, assinale a alternativa correta.

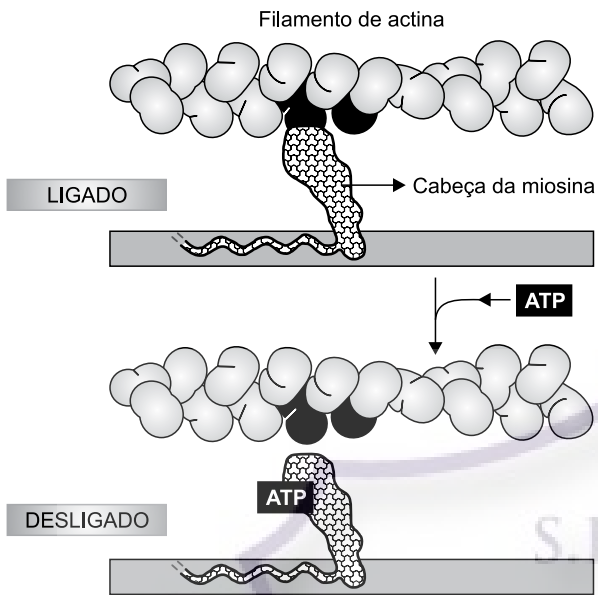
- (A) Caso algum herdeiro necessário não beneficiado pelo testamento decida impugnar a validade do testamento de Pedro, o prazo é de quatro anos, contado o prazo da data do seu registro.
- (B) Se Pedro decidir fazer o testamento particular, ele deve ser escrito de próprio punho. Se for público, pode ser de próprio punho ou por processo mecânico.
- (C) Serão nulas as disposições de Pedro se ele favorecer as testemunhas do testamento.
- (D) Pedro pode fazer o testamento conjuntivo com seu irmão para beneficiar seus pais.
- (E) Por ser relativamente incapaz, Pedro não pode testar, exceto se assistido por seus pais ou representantes legais.

MEDICINA LEGAL

91. São os 3 fenômenos abióticos mediatos que ocorrem progressivamente após a morte. Algor (resfriamento), livor (manchas de hipóstase) e rigor (rigidez cadavérica). Destes, a rigidez generalizada pode ser observada

- (A) somente após 48 horas do óbito.
- (B) entre 8 e 24 horas após o óbito.
- (C) entre 1 e 2 horas do óbito.
- (D) entre 4 e 6 horas após o óbito.
- (E) entre 24 e 48 horas após o óbito.

92. Ainda em relação à rigidez cadavérica, a figura representa a ligação entre a actina e a miosina II, importantes no processo de contração muscular, consequentemente no processo de *rigor mortis*.



Assinale a alternativa correta.

- (A) A figura I representa a fase de relaxamento, que necessita de DNA nesse processo e corresponde ao religamento entre as duas moléculas.
- (B) A figura II representa a fase de relaxamento, que necessita de GUANINA nesse processo e corresponde à dissolução do citosol.
- (C) A figura II representa a fase de relaxamento, que necessita de ATP nesse processo e corresponde ao desligamento das duas moléculas.
- (D) A figura I representa a fase de relaxamento, que necessita de DNA nesse processo e corresponde ao desligamento entre as duas moléculas.
- (E) A figura I representa a fase de relaxamento, que necessita de ATP nesse processo e corresponde ao religamento entre as duas moléculas.

93. A putrefação é o processo de decomposição da matéria orgânica por bactérias e pela fauna macroscópica, sendo um fenômeno destrutivo e transformativo, que acaba por devolvê-la à condição de matéria inorgânica. Alguns fatores podem influir e alterar esse processo, dentre eles a temperatura ambiente.

Podemos então afirmar corretamente que temperaturas

- (A) abaixo de 5 graus celsius aceleram o processo.
- (B) abaixo de zero grau celsius tendem a conservar indefinidamente o corpo.
- (C) entre 5 e 10 graus celsius tendem a conservar indefinidamente o corpo.
- (D) acima de 25 graus celsius não aceleram o processo.
- (E) entre 10 e 15 graus celsius tendem a conservar o cadáver por cerca de 48 horas.

94. Com relação à traumatologia médico-legal, a diferença conceitual entre degola (decapitação) e esgorjamento reside

- (A) na separação total da cabeça do restante do corpo na degola, sendo a lesão sempre profunda.
- (B) no instrumento utilizado, sendo cortante na degola e cortante e contundente no esgorjamento.
- (C) no instrumento utilizado. Cortante na decapitação e contundente no esgorjamento.
- (D) na localização da lesão, sendo a degola posterior ao pescoço e o esgorjamento anterior ou lateral.
- (E) na localização da lesão, sendo a degola lateral e o esgorjamento anterior.

95. De modo geral, nos casos de morte de causa desconhecida, o cadáver deve ser encaminhado para o IML (Instituto Médico Legal) ou para o SVO (Serviço de Verificação de Óbitos) respectivamente, quando a morte for decorrente de

- (A) acidente de trânsito – suicídio.
- (B) causa natural sem assistência médica – acidente de trânsito.
- (C) homicídio – suicídio.
- (D) suicídio – morte natural ou suspeita sem assistência médica.
- (E) causa externa ou morte suspeita – morte natural sem assistência médica.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

96. Em um computador com o sistema operacional MS-Windows 7, um usuário selecionou o arquivo A.txt em uma pasta no disco rígido e, em seguida, pressionou a tecla Delete (ou Del), confirmando a exclusão. Posteriormente, selecionou com o botão direito do mouse (supondo este em sua configuração padrão) o arquivo B.txt em uma pasta em um *pen drive*, e ao soltar o botão, selecionou a opção Excluir exibida em um menu, confirmando a exclusão.

A respeito desses procedimentos, é correto afirmar que

- (A) ambos os arquivos serão colocados na Lixeira.
- (B) B.txt será colocado na Lixeira, enquanto A.txt será excluído definitivamente, sem ser colocado na Lixeira.
- (C) A.txt será colocado na Lixeira, enquanto B.txt será compactado e colocado em uma Lixeira Auxiliar do MS-Windows 7, destinada a arquivos excluídos de *pen drives*.
- (D) ambos os arquivos serão excluídos definitivamente e não serão colocados na Lixeira.
- (E) A.txt será colocado na Lixeira, enquanto B.txt será excluído definitivamente, sem ser colocado na Lixeira.

97. Em um documento editado no MS-Word 2010 (em sua configuração padrão e em português), a palavra “Casa” de um parágrafo está com os formatos de fonte Arial, Negrito e Sublinhado, apenas, e a palavra “Mesa”, de outro parágrafo, está com os formatos de fonte Calibri e Itálico, apenas. O usuário selecionou a palavra “Casa” e, a seguir, clicou no botão Pincel. Após isso, clicou na palavra “Mesa”.

É correto afirmar que, após todas essas ações, a palavra “Mesa” estará apenas com os formatos de fonte

- (A) Arial e Itálico.
- (B) Calibri, Negrito e Sublinhado.
- (C) Calibri, Itálico e Negrito.
- (D) Arial, Negrito e Sublinhado.
- (E) Calibri e Sublinhado.

98. Considere a seguinte planilha elaborada no MS-Excel 2010 (em sua configuração padrão e em português):

	A	B	C	D
1	2	2	2	
2	3	3	3	
3	1	1	1	
4	0	0	0	
5				

Suponha que as seguintes fórmulas tenham sido inseridas nas células **A5**, **B5**, **C5** e **D5**.

A5: =SOMA(A1:A4)

B5: =SOMA(A1:B4)

C5: =SOMA(A1:C4)

D5: =MÉDIA(A5:C5)

O resultado produzido em **D5** será:

- (A) 12
- (B) 36
- (C) 18
- (D) 0
- (E) 6

99. Considere que você recebeu uma mensagem de *e-mail* com um anexo de arquivo de imagem em formato JPEG. Dentre as possíveis ações do serviço de *e-mail*, ao realizar a ação de Encaminhar desse *e-mail*, o

- (A) campo Cco: será preenchido com o endereço do remetente automaticamente.
- (B) campo Assunto da mensagem não poderá ser alterado.
- (C) arquivo de imagem será anexado automaticamente.
- (D) texto da mensagem não pode ser editado.
- (E) arquivo de imagem será descartado da mensagem.

100. Um usuário de um computador com Windows 7 está utilizando o navegador Google Chrome, versão 65, para realizar a busca por informações sobre cursos de informática. Ao localizar uma página com informações interessantes, o usuário decide por salvar a página. Nessa situação, um dos tipos de salvamento da página é: Página da web,

- (A) somente HTML.
- (B) imagem JPEG.
- (C) formato PDF.
- (D) somente texto.
- (E) formato impressão.

